



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 981/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2061/2011 – 07 Volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru – SAAE.

4- Exercício: 2010.

5- Responsáveis: Sr. Waldemir Tapajós Correa Filho e Natanael Nogueira dos Santos, Diretores e Ordenadores de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 30/2014 (fls. 1191/1216).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2586/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 1217/1225)

8- Relator: Conselheira Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru – SAAE. Exercício 2010.

Contas Irregulares. Multas. Prazos. Inscrição na dívida ativa. Determinação ao SAAE e a Prefeitura de Manacapuru. Recomendação ao Ministério Público. Comunicação ao Ministério Público do Trabalho.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- à unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, no sentido de:

9.1.1- Julgar irregular a Prestação de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru – SAAE, referente ao período de 1/1 a 20/4/2010, de responsabilidade do Sr. **Natanael Nogueira dos Santos**, Diretor e Ordenador de Despesa, à época, com fulcro no art. 22, III, “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.1.2- Aplicar multa no valor de **R\$ 12.000,00** ao **Sr. Natanael Nogueira dos Santos**, Diretor e Ordenador de Despesa no período de 1/1 a 20/4/2010, pelas impropriedades remanescentes nos subitens 1.2, 1.3 e 1.5 do Relatório/Voto, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.1.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.1.4- Autorizar, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 981/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.1.5- Julgar irregular a Prestação de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru – SAAE, referente ao período de 3/5 a 31/12/2010, de responsabilidade do Sr. **Waldemir Tapajós Corrêa Filho**, Diretor e Ordenador de Despesa, à época, com fulcro no art. 22, III, “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.1.6- Aplicar multa no valor de **R\$ 18.000,00** ao Sr. **Waldemir Tapajós Corrêa Filho**, Diretor e Ordenador de Despesa no período de 3/5 a 31/12/2010, pelas impropriedades remanescentes nos subitens 2.2, 2.4, 2.5 (item “a”), 2.6, 2.7, 2.8 e 2.9 do relatório/voto, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.1.7- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.1.8- Autorizar, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.1.10- Considerar em débito o Sr. Waldemir Tapajós Corrêa Filho, Diretor e Ordenador de Despesa no período de 3/5 a 31/12/2010, nos valores discriminados a seguir:

a) R\$ 48.782,18 referente a diferença indevida inerente a receita informada no Sistema de Faturamento e Cobrança X Conciliação Bancária;

b) R\$ 10.343,96 correspondente à juros e multas pelo atraso no recolhimento das contribuições previdenciárias referente ao período de junho a dezembro de 2010, por restar evidenciado dano erário;

9.1.11- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores aos cofres da Fazenda Pública de Manacapuru, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.1.12- Determinar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru - SAAE, bem como à Prefeitura Municipal de Manacapuru que observem as disposições contidas no Relatório Conclusivo nº 131/2011-DCAMI (fls. 528/565, vol. 3), Informação Conclusiva nº 067/2013-DICAMI (fls. 987/994, vol. 5), Relatório Conclusivo nº 30/2014-DICAMI (fls. 1.191/1.225, vols. 6 e 7), Parecer nº 2586/2014-MP-ESB (fls. 1.217/1.225, vol. 7) e as considerações realizadas no relatório/voto;

9.1.13- Recomendar ao Ministério Público de Contas que, se for o caso, represente ao Ministério Público Estadual acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do art. 114, III, da Lei Estadual n. 2.423/1996 e art. 54, XII, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.1.14- Comunicar ao Ministério Público do Trabalho da 11ª Região sobre o teor das restrições 8 e 9 do Relatório Conclusivo n. 131/2011-DCAMI (fls. 528/565, vol. 3) relacionadas à gestão do Sr. Waldemir Tapajós Corrêa Filho, inerente ao setor de pessoal do SAAE de Manacapuru, em que o objeto de deliberação inclui o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, celebrado entre a referida Autarquia Municipal e o mencionado Órgão Ministerial;

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 981/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.2- Por Maioria, no sentido de:

9.2.1- Aplicar multa no valor de **R\$ 1.096,03** ao **Sr. Natanael Nogueira dos Santos**, Diretor e Ordenador de Despesa no período de 1/1 a 20/4/2010 pelo atraso no envio de dados, via ACP, referente ao mês de janeiro, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.2- Aplicar multa no valor de **R\$ 1.096,03** ao **Sr. Waldemir Tapajós Corrêa Filho**, Diretor e Ordenador de Despesa no período de 3/5 a 31/12/2010 por cada mês de competência em que houve atraso no envio de dados, via ACP, ou seja, março e abril, totalizando a importância de **R\$ 2.192,06**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução n. 25/2012-TCE/AM.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em substituição

JULIO CABRAL

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral